
Caraguá Luz S.A. SPE

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2019

e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Caraguá Luz S.A. SPE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caraguá Luz S.A. SPE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caraguá Luz S.A. SPE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Caraguá Luz S.A. SPE

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Alegrete RJ Participações S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 30 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

CARAGUA LUZ S.A. SPE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2019	31/12/2018		Notas	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		<u>18.775</u>	<u>20.609</u>	Circulante		<u>9.865</u>	<u>22.691</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.567	1.382	Fornecedores	12	4.428	19.171
Contas a receber de clientes	4	2.749	4.830	Empréstimos e financiamentos		-	3
Ativo financeiro	5	8.378	8.495	Passivo de arrendamento	11	130	-
Créditos tributários	6	1.450	1.882	Salários a pagar	13	97	87
Ativos destinados à aplicação nas concessões	7	224	58	Encargos sociais a pagar	14	5	12
Adiantamentos a fornecedores	8	2.972	3.278	Encargos tributários a pagar	15	1.450	2.843
Partes relacionadas	9	1.428	663	Impostos e contribuições parcelados	16	1.601	575
Outros créditos		7	21	Dividendos propostos	17.2	2.154	-
Não circulante		<u>33.317</u>	<u>34.583</u>	Não circulante		<u>12.595</u>	<u>9.785</u>
Ativo financeiro	5	32.212	33.213	Passivo de arrendamento	11	83	-
Partes relacionadas	9	-	1.200	Impostos e contribuições parcelados	16	6.542	3.457
Créditos tributários	6	798	-	Impostos e contribuições diferidos	15	5.970	6.328
Imobilizado	10	118	169	Patrimônio líquido		<u>29.632</u>	<u>22.716</u>
Intangível		1	1	Capital social	17.1	21.000	21.000
Direito de uso	11	188	-	Reserva legal	17.2	1.339	886
				Reserva de retenção de lucros	17.2	7.293	830
Total do ativo		<u>52.092</u>	<u>55.192</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>52.092</u>	<u>55.192</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	18	18.960	43.329
Custos dos serviços prestados	19	(9.581)	(33.892)
Lucro bruto		9.379	9.437
Receitas (despesas) operacionais		(1.446)	(2.247)
Despesas gerais e administrativas	20	(1.416)	(1.589)
Despesas comerciais	21	(70)	(703)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	40	45
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		7.933	7.190
Resultado financeiro	23	4.121	5.020
Despesas financeiras		(2.481)	(487)
Receitas financeiras		6.602	5.507
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		12.054	12.210
Imposto de renda e contribuição social		(2.984)	(5.340)
Corrente	24	(3.251)	(3.195)
Diferido	24	267	(2.145)
Lucro líquido do exercício		9.070	6.870
Lucro por ação - Reais		0,4319	0,3271

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	9.070	6.870
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>9.070</u>	<u>6.870</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	5.000	542	10.304	15.846
Lucro líquido do exercício	-	-	6.870	6.870
<i>Destinação:</i>				
Constituição reserva legal	-	344	(344)	-
Integralização de capital	16.000	-	(16.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>21.000</u>	<u>886</u>	<u>830</u>	<u>22.716</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	9.070	9.070
<i>Destinação:</i>				
Constituição reserva legal	-	453	(453)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(2.154)	(2.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>21.000</u>	<u>1.339</u>	<u>7.293</u>	<u>29.632</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	9.070	6.870
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades operacionais		
Depreciação e amortização	175	95
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	2	4
Juros apropriados sobre parcelamentos	1.518	-
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	53	-
Baixas de imobilizado	-	1
Tributos diferidos	358	2.863
Juros e correções monetárias sobre ativo financeiro	(6.560)	(5.468)
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	2.081	1.848
Adiantamentos	320	(3.376)
Recebimento através de CIP (Contrato de Iluminação Pública)	9.925	9.840
Créditos Tributários	(366)	(1.493)
Ativos destinados à aplicação nas concessões	-	67
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(14.743)	16.546
Encargos tributários a pagar	(1.463)	1.475
Salários e encargos sociais a pagar	2	32
Impostos e contribuições parcelados	2.593	222
Demais contas a pagar	377	(727)
Caixa líquido proveniente das Atividades Operacionais	<u>3.342</u>	<u>28.799</u>
Adições ao Ativo financeiro	(2.247)	(27.002)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(4)	(8)
Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento	<u>(2.251)</u>	<u>(27.010)</u>
Terceiros		
Amortizações de principal e juros	(141)	(12)
Acionistas		
Empréstimos entre partes relacionadas	(765)	(1.700)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(906)</u>	<u>(1.712)</u>
Aumento líquido no saldo de caixa	<u>185</u>	<u>77</u>
Caixa e equivalente de caixa		
Composição de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.382	1.305
Composição de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.567	1.382
Aumento líquido no saldo de caixa	<u>185</u>	<u>77</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

CARAGUA LUZ S.A. SPE é uma sociedade anônima de capital fechado, a companhia tem sede e foro na Rua Ministro Dilson Funaro, 225, Pontal de Santa Marina, CEP 11.672-150, no Município de Caraguatatuba, Estado do São Paulo.

A Companhia, fundada em 30 de abril de 2015, criada com propósito específico, tem por objetivo exclusivamente, a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba Estado de São Paulo, bem como instituir processos para responsabilidade do consumo de energia de iluminação pública, nos termos da concorrência nº 11/14, edital nº 196/14, instruída pelo processo administrativo nº 33330-1/2014, que tem por objeto a outorga de Parceria Público Privada (“PPP”) na modalidade concessão administrativa (“Concessão Administrativa”). A concessão terá duração de 13 anos, podendo ser prorrogada conforme o interesse público.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 25 de março de 2020.

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes das registradas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.3.2. Ativos e passivos financeiros

2.3.2.1. Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

. Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

. *Impairment*

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

. *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.3.2.2. Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.3.3. Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber”, histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

2.3.4. Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços

Os ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação destes ativos é o da média ponderada móvel. Os custos destes ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão das Controladas são classificados como “ativo intangível em curso”. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3.5. Ativos financeiros de concessão

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo financeiro”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo financeiro de concessão é mensurado ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro – TRAF por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo financeiro no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de concessão (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a “receita anual” (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance).

A parcela de remuneração do ativo financeiro deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação.

2.3.6. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, armazém e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	% Taxa Depreciação ao ano
Computadores e Periféricos	20
Veículos	20
Benfeitorias em imóveis terceiros	25
Móveis e utensílios	10

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil

do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)" na demonstração do resultado.

2.3.7. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

2.3.8. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.3.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pelo Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.3.10. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.3.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do fechamento.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.3.12. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.3.13. Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas do município permissionário que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

- (a) **Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

- (b) Receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.

Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

- (c) Receita de remuneração dos ativos de concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.
- (d) Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

2.3.14. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.4. Mudanças em políticas contábeis

2.4.1 Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019

A seguinte nova norma foi emitida pelo e está em vigor para o exercício de 2019, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **CPC 06(R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil":** com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06(R2) entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 10 de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia detinha no início de 2019, apenas o contrato de aluguel do imóvel, onde exerce suas atividades operacionais, com vencimento em 31 de julho de 2021. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2019, tendo como efeito, o registro do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento no montante de R\$ 308 na data de transição. A companhia adotou o modo de transição simplificado, com efeitos da adoção inicial apenas em 01/01/2019.

- **ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento Tributos sobre o Lucro:** Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (“CPC 32”) quando houver incerteza entre tratamentos de imposto de renda.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Companhia e suas controladas, avaliaram e adotaram a interpretação dessa norma também pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da sociedade.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.5 Estimativas e premissas críticas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

- (a) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.
- (b) **Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura:** A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 47. Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado.
- (c) **Contabilização da receita de serviços** - Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2	-
Aplicação de liquidez imediata (a)	1.565	1.382
	<u>1.567</u>	<u>1.382</u>

(a) O Valor do saldo apresentado como aplicação financeira, se trata de aplicação automática do Banco do Brasil, tendo remuneração média para o ano de 2019 de 3,84% (4,68% em 2018).

4. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas a receber - a faturar (*)	2.749	4.830
	<u>2.749</u>	<u>4.830</u>

(*) O grupo de “contas a receber a faturar” corresponde ao reconhecimento da receita de prestação de serviços conforme a realização em campo e suas medições, obedecendo ao regime de competência. Não existem valores vencidos em relação ao ano de 2019.

5. Ativo financeiro

O ativo financeiro de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de concessão. Posteriormente, o ativo financeiro é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (“TRAF”) e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a TRAF por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo financeiro no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão.

5.1. Movimentação do ativo financeiro

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	41.708	19.062
Adições (receita de construção)	2.247	27.002
Juros e atualização financeira	6.560	5.468
Recebimento através da CIP (*)	(9.925)	(9.824)
Saldo final	<u>40.590</u>	<u>41.708</u>
TRAF (**)	10,86% a.a.	10,86% a.a.
Circulante	8.378	8.495
Não circulante	32.212	33.213

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) Contribuição de iluminação pública.

(**) Taxa de retorno do ativo financeiro.

5.2. Serviços de construção

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita de construção	2.247	27.002
Custos de construção	<u>(2.247)</u>	<u>(27.002)</u>

6. Créditos tributários

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
ISS a recuperar	10	10
INSS a compensar	1.261	927
PIS a compensar	-	14
COFINS a compensar	-	64
IRPJ a compensar	-	507
CSLL a compensar	-	183
IRRF sobre prestação de serviços a compensar	169	167
Outros Impostos a compensar	10	10
	<u>1.450</u>	<u>1.882</u>
Não circulante		
PIS a compensar	14	-
COFINS a compensar	95	-
IRPJ a compensar	507	-
CSLL a compensar	182	-
	<u>798</u>	<u>-</u>
	<u>2.248</u>	<u>1.882</u>

Os impostos e contribuições que estão com pedido de restituição em andamento na Receita Federal foram reclassificados para o longo prazo e os demais serão compensados no próximo ano corrente assim que a empresa apresentar base para possíveis compensações.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Ativos destinados à aplicação nas concessões

	31/12/2019	31/12/2018
Acessórios, ferragens e ferramenta	2	18
Relê, conector, fios e dispositivo	2	16
Lâmpadas e luminárias	152	10
Postes	2	1
Reatores	17	-
Outros materias	49	13
	224	58

8. Adiantamentos a fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Consórcio Caraguá (a)	1.032	1.340
Seven Engenharia Ltda (a)	1.920	1.920
Outros fornecedores de obras	20	18
	2.972	3.278

(a) Refere-se a adiantamentos de obras executadas pelos integrantes do Consórcio dentro do exercício de 2018 e 2019, conforme medições realizadas, o qual serão liquidadas dentro do exercício de 2020.

9. Partes relacionadas

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Urbeluz Energética S.A.	605	-
Fortnort Desenvolvimento Ambiental Ltda.	823	663
	1.428	663
Não circulante		
Urbeluz Energética S.A.	-	1.200
	-	1.200

Os principais saldos de ativos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relacionados a operações entre partes relacionadas decorrem de transações financeiras com a Companhia e seus acionistas, nas quais a Administração considera que foram realizadas em condições pactuadas entre as partes.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	(% Taxa média de depreciação ao ano)	31/12/2019			31/12/2018
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e periféricos	20	59	(31)	28	35
Veículos	20	34	(25)	9	15
Benfeitorias imóveis terceiros	25	271	(261)	10	37
Móveis e utensílios	10	105	(34)	71	82
		469	(351)	118	169

A Administração não identificou indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

10.1. Movimentação do Imobilizado

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Computadores e periféricos	35	4	(11)	28
Veículos	15	-	(6)	9
Benfeitorias imóveis terceiros	37	-	(27)	10
Móveis e utensílios	82	-	(11)	71
	169	4	(55)	118

11. Direito de uso do ativo e passivo de arrendamentos

11.1 Direito de uso

	Taxa Amortização Média Anual	31/12/2019		
		Custo	Amortização acumulada	Intangível Líquido
Direito de uso - Outros arrendamentos	38,96%	308	(120)	188
		308	(120)	188

(a) O valor do direito de uso refere-se ao aluguel do galpão onde a Companhia fica estabelecida. Este contrato tem prazo estabelecido para término em 30/06/2021.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2 Movimentação do direito de uso

	Adoção Inicial 01/01/2019		31/12/2019	
	Direito de uso líquido	Adições	Amortização do exercício	Direito de uso líquido final
Direito de uso - Outros arrendamentos	308	-	(120)	188
	<u>308</u>	<u>-</u>	<u>(120)</u>	<u>188</u>

11.3 Passivo de arrendamentos

	31/12/2019
Circulante	
Passivo de arrendamentos	130
	<u>130</u>
Não circulante	
Passivo de arrendamentos	83
	<u>83</u>
Total de passivo de arrendamentos	<u>213</u>

Movimentação:

	Adoção Inicial 01/01/2019	Ajuste a Valor Presente	Pagamentos	Saldo em 31/12/2019
Passivo de arrendamentos	376	(53)	(110)	213
	<u>376</u>	<u>(53)</u>	<u>(110)</u>	<u>213</u>

(*) Para atualização do passivo de arrendamentos foram utilizados a taxa de fluxo de caixa descontado (WACC) de 12,73% a.a.

12. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	4.362	3.088
Fornecedores de obras (a)	66	16.083
	<u>4.428</u>	<u>19.171</u>

(a) Refere-se a obras executadas do Consórcio Caragua dentro do exercício de 2018, conforme medições realizadas, os quais foram liquidadas dentro do exercício de 2019.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Salários a pagar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários a pagar	15	12
Pro labore	-	18
Férias e encargos a pagar	82	57
Total de salários a pagar	<u>97</u>	<u>87</u>

14. Encargos sociais a pagar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
FGTS a Recolher	3	4
INSS a Recolher	1	2
Contribuição sindical a recolher	-	1
IRRF s/ salários e Pro labore	1	5
Total encargos sociais	<u>5</u>	<u>12</u>

15. Encargos tributários a pagar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
PIS e COFINS corrente a recolher	162	168
IRPJ e CSLL corrente a recolher	1.284	2.062
ISS a recolher	-	256
Impostos retidos a recolher	4	357
	<u>1.450</u>	<u>2.843</u>
Não circulante		
PIS e COFINS diferidos (*)	1.570	1.659
IRPJ e CSLL diferidos (*)	4.400	4.669
	<u>5.970</u>	<u>6.328</u>

(*) Os valores de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL referem-se ao ativo financeiro.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Impostos e contribuições parcelados

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Parcelamento Pert (a)	262	242
Parcelamento Cofins	54	51
Parcelamento PIS	12	11
Parcelamento IRPJ	320	153
Parcelamento CSLL	69	66
Parcelamento IRRF	105	-
Parcelamento CSRF	324	-
Parcelamento ISS	455	52
Total do circulante	<u>1.601</u>	<u>575</u>
Não Circulante		
Parcelamento Pert (a)	2.383	2.440
Parcelamento Cofins	103	149
Parcelamento PIS	22	32
Parcelamento IRPJ	853	199
Parcelamento CSLL	133	191
Parcelamento IRRF	392	-
Parcelamento CSRF	1.218	-
Parcelamento ISS	1.438	446
Total do não circulante	<u>6.542</u>	<u>3.457</u>
Total dos tributos parcelados	<u>8.143</u>	<u>4.032</u>

(a) Referem-se ao parcelamento de tributos federais instituídos pela Lei nº 13.496/17, PERT (Programa Especial de Regualrização Tributária), onde a Companhia aderiu ao parcelamento. A consolidação foi concretizada em 28 de dezembro de 2018.

Em 2019 foram parcelados tributos que estavam em atraso.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social da Companhia encerrou o exercício de 2019 em R\$ 21.000, representado por 21.000.000 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizada, com valor nominal de R\$ 1.

Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	Número de		Número de	
	ações	%	ações	%
Urbeluz Energética S.A.	12.600.000	60%	12.600.000	60%
Fortnort Desenvolvimento Ambiental Ltda.	8.400.000	40%	8.400.000	40%
	<u>21.000.000</u>	<u>100%</u>	<u>21.000.000</u>	<u>100%</u>

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2. Reserva de lucros

(a) Reserva legal

De acordo com a Lei 6.404/76, tal reserva é constituída em 5% do lucro líquido do exercício, após compensação de qualquer prejuízo acumulado existente, limitada à 20% do capital social realizado. Neste exercício a Companhia efetuou a constituição de reserva legal no valor de R\$ 453 (R\$ 344 em 2018). No encerramento do exercício de 2019 a Companhia mantinha saldo de R\$ 1.339 (R\$ 886 em 2018).

(b) Reserva de retenção de lucros

O saldo da reserva de retenção de lucros, que em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 10.304 e foi aumentado em R\$ 6.526 em dezembro de 2018. Assim os acionistas decidiram integralizar ao capital social da Companhia o valor de R\$ 16.000, restando um saldo de R\$ 830 em 31 de dezembro de 2018. Em 2019 o saldo foi aumentado em R\$ 6.463 após a constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, encerrando o exercício de 2019 em R\$ 7.293.

(c) Dividendos a pagar

De acordo com o art. 202 da Lei 6.404/76, deve-se provisionar dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro ajustado, com base no lucro líquido do exercício, após compensação de qualquer prejuízo acumulado existente e a constituição das reservas. Neste exercício a Companhia provisionou o valor de R\$ 2.154, de dividendos mínimos obrigatórios

18. Receita líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta sobre serviços	18.665	20.267
Receita de construção	2.247	27.002
Cancelamentos de serviços	-	(995)
Impostos sobre serviços	(1.952)	(2.945)
	<u>18.960</u>	<u>43.329</u>

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Custos sobre os serviços prestados

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Custo com material aplicado	(166)	-
Custo de construção	(2.247)	(27.002)
Custo com pessoal	(654)	(582)
Custo com terceiro	(246)	(393)
Custo com energia	(6.121)	(5.198)
Depreciação e amortização	(146)	-
Outros custos	(1)	(717)
	<u>(9.581)</u>	<u>(33.892)</u>

20. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Com pessoal	(366)	(324)
Com honorários consultorias	(491)	(401)
Despesas de informática	(134)	(152)
Impostos, taxas e contribuições	(97)	(267)
Depreciação e amortização	(29)	-
Outras despesas	(299)	(445)
	<u>(1.416)</u>	<u>(1.589)</u>

21. Despesas comerciais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Perdas com contas a receber	-	(697)
Feiras e eventos	(49)	-
Outras despesas comerciais	(21)	(6)
	<u>(70)</u>	<u>(703)</u>

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
Outras receitas	4	45
Despesas recuperadas	57	-
Despesas com multas	(21)	-
	<u>40</u>	<u>45</u>

23. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	21	21
Atualização de impostos a compensar	8	15
Juros e atualização monetária s/ Ativo Financeiro	6.560	5.468
Outras receitas	13	3
	<u>6.602</u>	<u>5.507</u>
Despesas financeiras		
Juros apropriados sobre parcelamentos	(1.418)	(452)
Juros sobre tributos em atraso	(235)	(17)
Juros sobre demais passivos financeiros	(493)	-
IOF	(5)	(6)
Outras despesas	(330)	(12)
	<u>(2.481)</u>	<u>(487)</u>
Resultado financeiro	<u>4.121</u>	<u>5.020</u>

24. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) pelo regime fiscal do lucro presumido por caixa, ou seja, somente apura o imposto quando efetivamente recebe os recursos. Neste regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de presunção, apurada conforme a legislação tributária na apuração dos tributos do ano corrente. Abaixo a composição:

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018	
	IRPJ	CSLL
Corrente		
Arrecadação	29.580	29.580
Base de Presunção	29.580	29.580
Presunção lucro (32%)	9.466	9.466
Outras	-	-
Base tributável	9.466	9.466
IRPJ (15%)	(1.420)	-
Adicional (10%)	(923)	-
CSLL (9%)	-	(852)
	(2.343)	(852)
	31/12/2018	
	IRPJ	CSLL
Diferido		
Ativo Financeiro	19.715	19.715
Presunção lucro (32%)	6.309	6.309
Outras	-	-
Base tributável	6.309	6.309
IRPJ (15%)	(946)	-
Adicional (10%)	(631)	-
CSLL (9%)	-	(568)
	(1.577)	(568)
Total IR/CS	(3.920)	(1.420)
	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda	(2.188)	(3.920)
Contribuição social	(796)	(1.420)
	(2.984)	(5.340)

25. Instrumentos financeiros

25.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

25.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Categoria	31/12/2019		31/12/2018		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.567	1.567	1.382	1.382
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2.749	2.749	4.830	4.830
Ativo financeiro	Custo amortizado	40.590	40.590	41.708	41.708
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.428	1.428	1.863	1.863
Adiantamentos a Fornecedores	Custo amortizado	2.972	2.972	3.278	3.278
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	4.428	4.428	19.171	19.171
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	-	3	3
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	213	213	-	-

Os empréstimos e financiamentos, os quais estão mensurados pelos custos amortizados são atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das demonstrações financeiras.

25.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

Risco	Taxa atual	Saldo total	Valor em risco	Cenários			
				Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)	
Ativo financeiro							
Aplicações de curto prazo	Redução da taxa CDI	6,42%	1.565	100	1	1	0
Passivo financeiro							
Passivo de arrendamentos	Aumento na taxa IGP-M	7,31%	213	16	(7)	(9)	(11)
			(1.352)	(85)	(8)	(10)	(11)

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

- (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.
- (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifária.

26. Contingências

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda e demais obrigações acessórias entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia.

27. Remuneração de diretores estatutários

Os diretores estatutários receberam em 2019 o montante de R\$ 312 (R\$ 312 em 2018) a título de pró-labore pelos serviços prestados. Não há qualquer outro benefício concedido.

28. Seguros (não auditado)

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, visando a avaliação adequada sobre o risco existente de perda de ativos ou de mercado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. As coberturas de seguros são:

Responsabilidade civil	07/2019 a 08/2020	41.875
Responsabilidade civil do empregador	07/2019 a 08/2020	26
Total de cobertura		41.901

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Eventos subsequentes

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia do COVID-19.

A Administração não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras, por temas relacionados com os riscos do COVID-19 para o exercício de 2019.

A Companhia prevê impacto reduzido do COVID-19 em seu contrato de PPP, pela característica do contrato, podendo afetar evolução de arrecadação, em especial com aumento de inadimplência caso haja agravamento da situação econômica e impactar na velocidade de investimentos.

Pedro Vicente Iacovino
Diretor Administrativo Financeiro

Isaac do Nascimento
Contador – CRCPR-043806/O-1

* * *